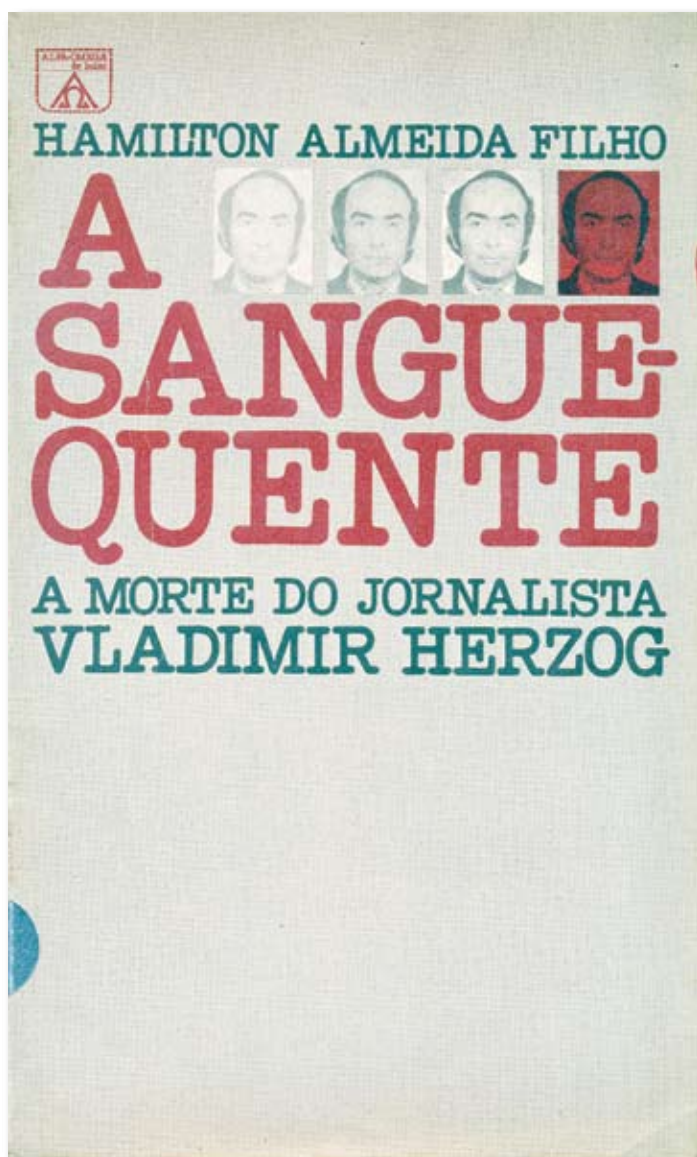


O PODER DA PALAVRA IMPRESSA: OS LIVROS DE DENÚNCIA DA TORTURA APÓS O GOLPE DE 1964

Flamarion Maués
Doutorando em História na FFLCH-USP



Desde o golpe de 1964, a tortura voltou a ser utilizada como arma de repressão política. O objetivo desse artigo é apresentar de forma sucinta alguns dos primeiros livros publicados no Brasil que denunciaram a tortura de dissidentes políticos após o golpe. Trata-se de um levantamento preliminar, apenas de obras editadas até 1979.

A tortura foi certamente o mais vil e covarde método utilizado pela ditadura brasileira de 1964 contra os adversários políticos. Principalmente a partir de 1969, a organização de um sistema repressivo altamente centralizado e seletivo será uma das marcas do regime. A repressão e a tortura não tiveram nada de improvisado: não se tratou de “excessos” de um ou outro militar mais violento. Foi algo planejado e estruturado, realizado sob o comando das Forças Armadas, que empregaram seus homens, instalações e conhecimentos para esse fim.

As vítimas da tortura levam suas marcas para sempre. Não há como apagá-las. É um mal que não tem fim, um crime cujas seqüelas são permanentes e atingem também os familiares e amigos das vítimas. Mas, para além desse aspecto, a tortura tem também um lado social, político, da maior importância. Como destaca Maria Helena Moreira Alves, em *Estado e oposição no Brasil – 1964-1984*: “O uso generalizado e institucionalizado da tortura numa sociedade cria um ‘efeito demonstrativo’ capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua

existência e inibir a participação política”.

O livro Torturas e torturados, de Márcio Moreira (1966), foi proibido e recolhido, mas liberado pela justiça em julho de 1967, ano em que saiu a segunda edição

Já em 1964 surgiram as primeiras denúncias de torturas, que deram origem, em 1966, ao primeiro livro de denúncia desses fatos: *Torturas e torturados*, de Márcio Moreira (Rio de Janeiro, Idade Nova, 1966). O livro foi proibido e recolhido pelo governo federal, sendo liberado pela justiça em julho de 1967, ano em que saiu a segunda edição da obra. É um livro documental, que procura registrar os casos de tortura ocorridos naquele período da forma mais detalhada possível.

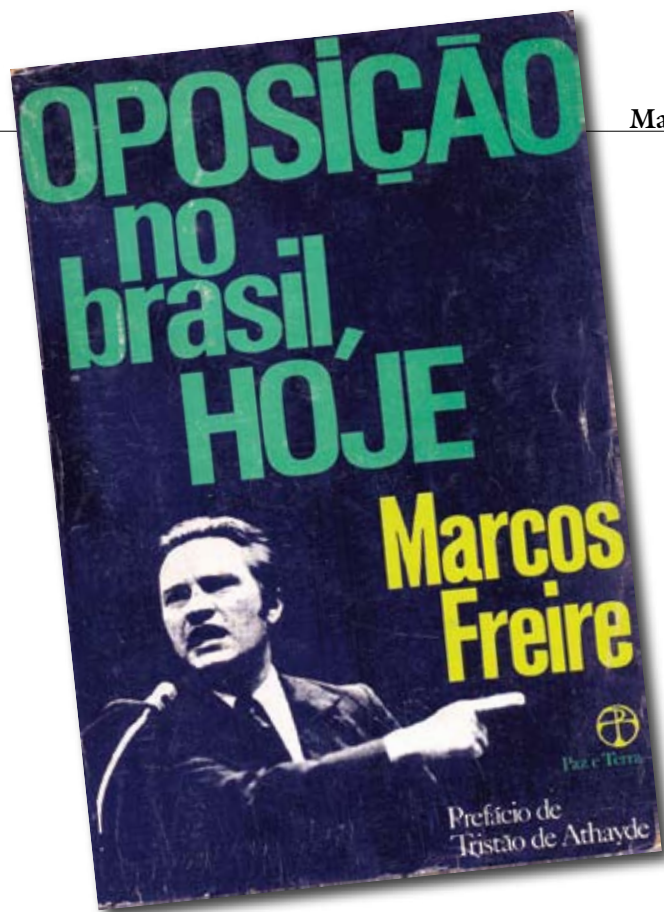
A partir de 1969, a estrutura de repressão será reorganizada sob novos moldes, com o fim de combater e eliminar a dissidência política, principalmente a armada, de forma seletiva. Em julho surgirá a Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo, que inova ao criar uma estrutura mais dinâmica para a repressão, em que o comando estava com as Forças Armadas, mas que incluía também setores das polícias civis estaduais.

O modelo terá êxito e será institucionalizado em 1970, com a cria-

ção dos Destacamentos de Operações de Informações dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). É nesse período, entre 1969 e 1975, que serão assassinados sob tortura ou desaparecerão a grande maioria dos mortos e desaparecidos da ditadura brasileira.

Houve, ainda que de forma muito limitada, denúncias dessas atrocidades, principalmente por meio de cartas enviadas à imprensa por familiares de pessoas que eram presas ou sumiam repentinamente. Algumas dessas cartas foram publicadas. Houve também denúncias levadas a público por bispos e pela CNBB, ou pela OAB, mas a sua repercussão era muito reduzida, em virtude do clima político ditatorial e da censura.





No exterior houve muitas denúncias das torturas praticadas no Brasil. Na Europa, na América Latina (principalmente antes dos golpes no Chile e na Argentina) e nos Estados Unidos organizaram-se grupos de exilados, de familiares e de pessoas, geralmente ligadas à universidade e a igrejas, que produziram dossiês sobre as violações aos direitos humanos promovidas ou toleradas pela ditadura brasileira. Foram ações de grande importância: apesar de praticamente não repercutirem no Brasil, devido à censura, tiveram grande repercussão internacional, criando constrangimentos ao governo.

Ao reunirem farta documentação sobre casos de torturas, mortes e desaparecimentos, esses

grupos também colaboraram para o surgimento das primeiras publicações — boletins, jornais e, depois, livros — editadas no exterior sobre o assunto. Formaram também a memória desses casos. No Brasil, todavia, prevalecia o silêncio sobre a repressão e as torturas.

Romances de Antonio Callado (Bar Don Juan, de 1971) e Lygia Fagundes (As Meninas, 1973) estão entre os primeiros livros a denunciar a tortura no Brasil durante a Ditadura Militar

Um dos primeiros livros editados no Brasil a denunciar a tortura é o romance *Bar Don Juan*, de Antonio Callado (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971). É um romance crítico à luta armada, mas que registra a violência com que ela estava sendo combatida pelo regime, ao mostrar como os personagens João e Laurinha foram torturados.

Em 1973 outra obra de ficção aborda o tema: *As meninas*, de Lygia Fagundes Telles (Rio de Janeiro, José Olympio, 1973). Uma das personagens, Lia, é simpatizante dos grupos guerrilheiros de esquerda e namora um guerrilheiro que está preso e que lhe fala das torturas na prisão. No capítulo 6, surge a reprodução da carta de um preso político, denunciando

com detalhes as torturas que havia sofrido. De acordo com a autora, trata-se de um relato verídico que ela recebeu por carta de um preso político e reproduziu na íntegra no livro¹.

Em 1974 apareceu o que talvez seja a primeira obra de não-ficção editada no país a abordar a questão da tortura, um livro de pronunciamentos políticos. Trata-se de *Oposição no Brasil, hoje*, de Marcos Freire, advogado pernambucano e deputado federal pelo MDB, que concorria à eleição para o Senado naquele ano (e sairia vencedor). O livro, da editora Paz e Terra, à época já adquirida por Fernando Gasparian (proprietário também do jornal alternativo *Opinião*), reproduz discursos e debates parlamentares. O capítulo 2, intitulado “Em defesa dos direitos humanos”, traz denúncias sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, reproduzindo depoimento de sua esposa, Eunice Paiva, além de abordar vários outros casos de pessoas presas e desaparecidas e de denúncias de torturas.

Outro livro de não-ficção que apresentava um breve relato sobre um caso de tortura e morte de dissidente político foi o 20º. volume da coleção “História da República Brasileira”, do historiador Hélio Silva, intitulado *Dos Governos Militares – 1969-1974* (São Paulo, Editora Três). Publicado em 1975, foi retirado das livrarias pela censura por tratar, entre as páginas 132 e 136, da morte de Stuart Edgar Angel, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-

8) desaparecido em 14 de maio de 1971. A mãe de Stuart, Zuzu Angel, comprou vários exemplares nas bancas antes do recolhimento, e os distribuiu a conhecidos².

Em 1977, o romance *Em câmara lenta* (São Paulo, Alfa-Omega), de Renato Tapajós, descreve cenas de tortura sofridas por Aurora Maria Nascimento Furtado (sem mencionar seu nome), militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) morta em 10 de novembro de 1972. O livro foi proibido e seu autor preso.

Em 1978, Memórias do exílio: Brasil 1964-19?? é publicado como “obra coletiva” que teria o “patrocínio” de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré

Também em 1977, *Cadeia para os mortos: Histórias de ficção política* (São Paulo, Alfa-Omega), um livro de contos de Rodolfo Konder, apresentava descrições de torturas vividas pelo próprio autor em 1975, quando esteve preso no DOI-CODI/SP. O livro foi publicado na mesma coleção de *Em câmara lenta*.

O mesmo autor publicou em 1978 *Tempo de ameaça (Autobiografia política de um exilado)*, em que as mesmas cenas de tortura são descritas, mas dessa vez não mais como parte de um texto de

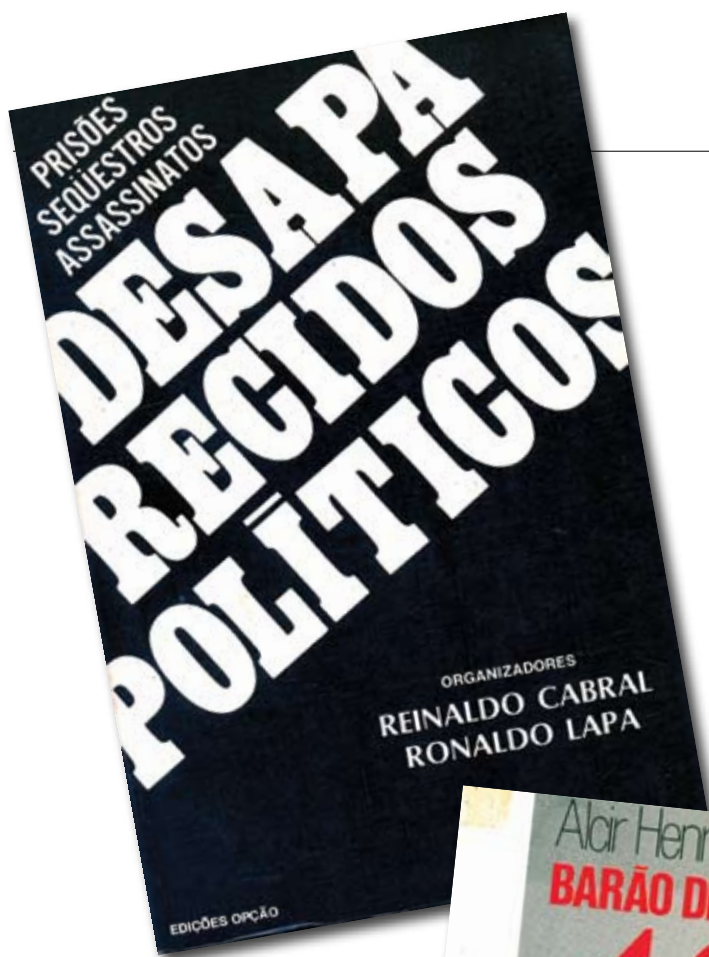
ficção, mas sim como memórias. O livro também foi editado pela Alfa-Omega.

Inventário de cicatrizes, livro de poemas de Alex Polari (São Paulo/Rio de Janeiro, Ed. Global/Teatro Ruth Escolar/Comitê Brasileiro pela Anistia-RJ, 1978), descreve situações vividas pelo autor na prisão.

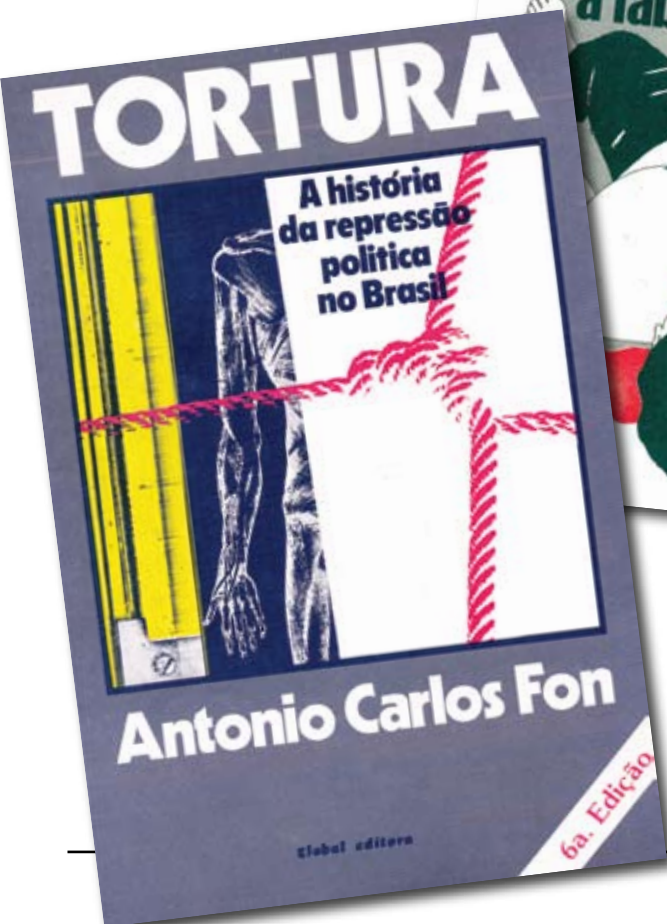
Outro importante livro saiu em 1978: *Memórias do exílio: Brasil 1964-19??*, apresentado como “Obra coletiva dirigida por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos sob o patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré”. O livro, que já havia sido publicado em 1976 em Portugal, foi editado no Brasil pela Editorial Livramento. Entre diversos depoimentos e entrevistas com exilados brasileiros, destaca-se o “Dossier Frei Tito”, que descreve em detalhes as atrocidades a que Tito de Alencar Lima foi submetido, levando ao seu suicídio, na França, em 1974.

Em 1978 houve ainda a edição de *A sangue-quente: A morte do jornalista Vladimir Herzog* (São Paulo, Alfa-Omega), longa reportagem de Hamilton Almeida Filho que havia sido publicada originalmente no jornal alternativo *EX*, em novembro de 1975. Desmontava a versão de suicídio apresentada para a morte de Herzog e descrevia o clima de medo e terror que se vivia naqueles dias.

Devemos mencionar ainda os livros *Das catacumbas: Cartas da prisão* (1969-1971), de Frei Betto (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira) e *Ensaio Geral*, de Antonio Marcello (São Paulo, Alfa-Omega).



Em 1979 são lançados diversos títulos que têm a tortura como tema central ou importante, entre eles Tortura, de Antonio Carlos Fon, e Dossiê Herzog, de Fernando Pacheco Jordão



Foi em 1979 que a tortura passou de fato a ser um tema recorrente em diversos livros. O clima político um pouco mais aberto, a campanha da Anistia e as discussões sobre reorganização partidária mostravam que o país começava a entrar em um novo momento político. Temos aí já uma variedade de obras que abordam a questão da tortura, seja como um de seus temas centrais, seja como um dos elementos do livro.

Entre os livros que abordam a tortura como um de seus temas centrais temos:

- *Desaparecidos políticos: Prisões, seqüestros, assassinatos*, organizado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (Rio de Janeiro, Edições Opção e CBA-RJ). Organizado pelo CBA-RJ, é uma espécie de dossiê de casos de pessoas presas, torturadas, mortas ou desaparecidas, reunindo informações detalhadas sobre cada caso.

- *Tortura: A história da repressão política no Brasil*, do jornalista

Antonio Carlos Fon (São Paulo, Global). O livro é consequência de uma reportagem de Fon para a revista *Veja* e mostra em detalhes como havia sido organizado o aparelho repressivo do regime militar e como a tortura de presos políticos passara a ser utilizada de forma sistemática e “científica” contra os “subversivos”. A descrição das técnicas de suplício é feita de forma circunstanciada, de modo impactante para o leitor. Logo após a reportagem ter sido publicada, o então ministro do Exército, general Fernando Bethlem, pediu o enquadramento do jornalista no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional.

- *Dossiê Herzog: Prisão, tortura e morte no Brasil* (São Paulo, Global), de Fernando Pacheco Jordão, uma longa reportagem que desmonta detalhadamente a farsa sobre a morte de Herzog em 1975 e narra todo o movimento de solidariedade e de resistência a que sua morte deu origem.

- *131-D. Linhares: Memorial da prisão política*, de Gilney Amorim Viana (Contagem, Editora História/Comitê Brasileiro pela Anistia/Movimento Feminino pela Anistia). Traz as memórias e as reflexões do autor, então ainda preso no Rio de Janeiro.

O livro de Viana era de certa forma sintoma do início de um *boom* de livros de memórias e

de depoimentos, que ocorreria a partir daquele ano. Desses livros, vários traziam relatos de torturas sofridas pelo próprio autor ou por pessoas com quem ele conviveu. Alguns deles: *Milagre no Brasil*, de Augusto Boal (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira); *Nas profundezas do inferno*, de Arthur Poerner (Rio de Janeiro, Codreci) escrito em 1976 mas publicado no Brasil apenas em 1979; *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (Rio de Janeiro, Codecri); *Poemas do Povo da Noite*, de Pedro Tierra, pseudônimo de Hamilton Pereira da Silva (São Paulo, Editorial Livramento); *Confesso que peguei em armas*, de Pinheiro Salles (Belo Horizonte, Editora Veja); *Esquerda armada: testemunhos dos presos políticos do Presídio Milton Dias Moreira no Rio de Janeiro*, organizado por Luzimar Nogueira Dias (Vitória, Edições do Leitor).

Breves conclusões. Feito este sumariíssimo levantamento das principais obras publicadas nesse período sobre o tema, podemos concluir que os livros não foram pioneiros na denúncia da tortura contra dissidentes políticos no Brasil. Mesmo com as severas restrições que a imprensa sofria, jornais e revistas estamparam em suas páginas algumas notícias e, principalmente, cartas que tratavam do tema no período mais duro da repressão, entre 1969 e 1975.

As denúncias no exterior também tiveram um peso importante para que tais notícias se propagassem internacionalmente, caracterizando o governo brasileiro como uma ditadura que torturava presos políticos, comparável a Grécia, Portugal, Espanha, Paraguai e Chile, na mesma época.

Todavia, o papel dos livros que no Brasil primeiro fizeram esta denúncia não pode ser subestimado. Alguns desses livros tiveram sucesso de vendas, ocupando as listas dos mais vendidos à época, como é o caso de *Tortura, Dossiê Herzog* e *O que é isso, companheiro?*.

O impacto desses trabalhos se dava por constituírem um conjunto de informações até certo ponto consolidadas sobre os métodos de combate aos grupos de oposição clandestinos que atuaram no Brasil entre o final dos anos 1960 e meados da década de 1970, com diversos testemunhos em primeira mão sobre as torturas, mortes e desaparecimentos.

Parece razoável deduzir que estes livros cumpriram um certo papel na denúncia das arbitrariedades da ditadura e colaboraram para que este tema tão importante — e tão sensível para os militares, muitos dos quais negam até hoje que existisse tortura — entrasse na pauta do debate político nacional.

Notas

* Este artigo tem como base a comunicação apresentada no evento “200 anos da imprensa no Brasil”, organizado pelo CEDEM/Unesp, em 8 e 9/10/2008. “O poder da palavra impressa” foi o título de uma das mesas.

1 SUCUPIRA, Elizabeth. “O engajamento de Lygia Fagundes Telles”. Publicado originalmente por em 01/02/2005. Disponível em: <<http://www.portalliterar.com.br/artigos/o-engajamento-de-lygia-fagundes-telles>>. Acesso em 3/10/2008.

2 TELES, Janaina de Almeida. Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Dissertação de mestrado em História, FFLCH-USP, 2005.